

DESTAQUES DA SEMANA Tecnologia da Informação

21 a 25 de novembro de 2022

Nesta Edição

- △ [5G no Brasil](#)
- △ [Propriedade Intelectual](#)
- △ [Startup](#)
- △ [Internet](#)
- △ [Redes Sociais](#)
- △ [Governo Digital](#)
- △ [Economia & Tributário](#)
- △ [Trabalhista](#)
- △ [Administração Pública](#)
- △ [Regulação](#)
- △ [Tramitações](#)
- △ [Audiências Públicas](#)
- △ [Nomeações](#)
- △ [Agendas de Destaque](#)

5G no Brasil

- **Municípios criam taxas extras para instalação de antenas 5G.** Os esforços para disseminação da tecnologia 5G estão enfrentando barreiras em algumas regiões que estão priorizando a arrecadação de tributos com as instalações de infraestruturas para a nova tecnologia. Segundo o conselheiro da Associação Brasileira de Infraestrutura para Telecomunicações (Abrintel), **Felipe Herzong**, é necessário conscientizar os gestores públicos quanto a importância do desenvolvimento dessa infraestrutura. Durante evento do Teletime (Teletime Tec – Redes & Infra), Herzong argumentou que a modernização da Lei das Antenas é necessária, mas não encontra consensos, dificultando o trabalho de aumento na cobertura de internet devido a algumas cidades estarem buscando a maior receita possível. Em sua avaliação, esse comportamento pode, em alguma medida, “travar o desenvolvimento do 5G”. Com informações de: [Teletime](#)
- **Abrintel, NEO e Telcomp criticam acordo entre Winity e Vivo para utilização da faixa do 5G.** Três organizações setoriais (Abrintel, Neo e Telcomp) enviaram pedidos ao Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) para integrarem como terceiras interessadas no processo que analisa o compartilhamento de rede, inclusive espectro, entre a empresa Winity e a Telefônica Vivo. A Abrintel representa empresas do segmento de infraestrutura passiva, como torres, e defende que o negócio de compartilhamento “não se adequa

plenamente” ao edital de licitação da faixa de 700 MHz vencido pela Winity, que previa que a faixa seria destinada à exploração de pequenos prestadores de serviços de telecomunicações, tendo em vista que, com o acordo, metade da faixa comprada estará sob posse da Vivo. As 3 organizações argumentaram que as pequenas empresas estarão em desvantagem concorrencial, nesta situação. Segundo a Winity, em alegações feitas ao Cade, a sua viabilidade comercial depende da utilização da infraestrutura da Vivo, podendo acarretar em devolução da faixa conquistada em caso de negativa do Conselho. Ademais, o contrato entre elas não é privado, comportando espaço para outros interessados, além de assegurar que haverá espectro disponíveis para outros competidores. Com informações de: [Telesíntese](#)

Propriedade Intelectual

- **Operadoras de TV por assinatura rechaçam proposta da Anatel para *smart TV box*.** Operadoras e fabricantes do setor de TV por assinatura rechaçaram em consulta pública uma proposta da Anatel que cria requisitos para avaliação e certificação de *smart TV boxes*. A medida faz parte dos esforços da agência para combate à pirataria e ao IPTV ilegal. As operadoras Claro, Vivo e a Associação Brasileira de Televisão por Assinatura (ABTA) questionaram a eficácia da medida proposta pela Anatel de certificação de *smart TV boxes*. A medida seria realizada por organismos de certificação, previamente à homologação, mas as empresas argumentam que nem sempre a *smart TV box* virá com aplicações ilegais embarcadas de fábrica ou conterá essas aplicações no momento da avaliação da conformidade. A alternativa defendida pelas empresas é a certificação e homologação de *smart TV boxes* restritas a fornecedores habilitados por operações legais de TV por assinatura e por plataformas *over-the-top* (OTT). Já a Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos (Eletros) apoiou a decisão a Anatel de manter televisores e computadores fora do escopo de medidas, além disso, a Simba Content não se opôs ao proposto, mas apontou ajustes. Com informações de: [teletime](#)

Startup

- **Guedes lança ferramenta para ajudar vendas de startups.** O Ministério da Economia anuncia o início da operação de uma nova plataforma para orientar entes públicos a fazerem compras de inovação sem riscos jurídicos. A plataforma, chamada Cpin (Compras Públicas para Inovação), que orientará o gestor na melhor opção de compra (licitação ou pregão, entre outras). O ministro da Economia, Paulo Guedes, estimulou o desenvolvimento dessa plataforma para elevar o crescimento das compras públicas de tecnologia e inovação. Em muitos casos, o gestor prefere não realizar investimentos neste setor pelo receio de ser enquadrado pela fiscalização em caso de irregularidades na contratação. A meta é chegar a 3% das compras públicas em inovação, representando um montante de R\$ 24 bilhões em cinco anos.
 - » O elemento central da CPIN é a Jornada de Contratação Pública para Inovação, um esquema visual organizado em etapas que reflete os passos que o agente público precisa seguir para realizar um processo de contratação para inovação. É formada por duas trilhas: a Trilha de Planejamento, que contempla as etapas comuns a todas as modalidades de contratações

públicas; e a Trilha do Instrumento, para definição do instrumento de contratação. Com informações de: [Folha de São Paulo](#)

Internet

- **Anatel divulga meta de internet fixa na média de 1 Gbps até 2027.** A Anatel aprovou o plano [estratégico](#) para o quinquênio 2023-2027. Segundo agência, o documento foca principalmente no acesso à banda larga e nos desafios regulatórios com os serviços over-the-top (OTT). Foram estabelecidas sete metas até 2027, que envolvem ampliar a cobertura 5G para mais da metade da população brasileira, aumentar a velocidade média da banda larga fixa para 1 Gbps e conectar todos os municípios com *backhaul* de fibra. Segundo o painel de dados da Agência, divulgado em setembro deste ano, a média de velocidade atual do Brasil é de cerca de 239,5 Mb/s, com destaque para os valores superiores nas regiões de Roraima, Piauí e Amazonas, contra Paraíba, Bahia e Sergipe com resultados inferiores.
 - » Atualmente, diversas provedoras de internet oferecem velocidades médias aquém da meta da Anatel. Ao considerar grandes provedoras, como Claro, Oi, Sky, Tim e Vivo, a média é de 240 Mb/s. Com informações de: [Tecnoblog](#) e [Teletime](#)
- **Ministério da Justiça investiga Google por suposta coleta irregular de dados de usuários.** A Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon), vinculada ao Ministério da Justiça, instaurou processo administrativo contra o Google em apuração suposta coleta irregular de dados de geolocalização de usuários, ainda que tenham configurado sua privacidade em sentido contrário. A averiguação preliminar mira indícios de infrações ao Código de Defesa do Consumidor e ao [Decreto 2.181/1997](#), que dispõe sobre a organização do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor. A pasta determinou que o ofício seja encaminhado aos órgãos que compõem o SNDC e à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD). O Google tem 20 dias para apresentar defesa. Com informações de: [O Globo](#)
- **Anatel abre Consulta para uso Outdoor da Faixa do Wifi 6.** A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) abriu, na última quinta-feira (24) consulta pública para tomada de subsídios visando a possibilidade de implementação de sistema de coordenação automatizada de frequência (*Automated Frequency Coordination – AFC*), a fim de permitir o uso outdoor da faixa do Wifi 6 ou partes dela. Os questionamentos vão desde as condições de operação e critérios de proteção; a comunicação entre o sistema AFC e o ponto de acesso outdoor e a habilitação e o funcionamento do sistema AFC, além de outros subsídios não previstos no texto. Com informações de: [Tele Síntese](#)

Redes Sociais

- **Futuro Governo deve regular as redes sociais, mas descarta uso do PL que tramita na Câmara.** O grupo técnico de Comunicações do governo de transição defende a regulação de redes sociais e outras plataformas digitais, mas não terá o projeto de lei (PL) que já foi protocolado na Câmara dos Deputados como ponto de partida. A intenção do novo governo é ampliar a discussão no sentido de ouvir os atores envolvidos, em amplo debate, e garantir que

as regras vão abranger a dimensão do tema. A proposta de lei em questão, [PL 2.768/2022](#), é de autoria do deputado federal João Maia (PL/RN) e aguarda encaminhamento da Mesa da Câmara. O texto atribui à Anatel o papel de fiscalizar plataformas digitais e as classifica como serviço de valor adicionado.

- » O grupo de comunicações tem até o final deste mês para elaborar o primeiro relatório técnico, contendo a avaliação do cenário atual das políticas públicas e uma lista de normas a serem revogadas. Dentre as ações previstas, está a fusão da TV Brasil e TV NBR, além da retirada dos Correios do plano de privatização. Com informações de: [Telesíntese](#)

Governo Digital

- **Decreto estabelece diretrizes para a Estratégia Nacional de Governo Digital.** Foi publicada nesta semana um [decreto](#) que define para 15 de novembro de 2023 o encaminhamento da proposta da Estratégia Nacional de Governo Digital (ENGD) para a aprovação do presidente da República, com expectativa de publicação até dezembro de 2023. Além disso, a medida também prorroga a versão atual da política para 2023, dando continuidade aos objetivos já previstos, como a total digitalização dos serviços públicos, implementar meios de avaliação padronizados e disponibilizar serviços inoperantes de relevância a empresas e organizações. A construção da minuta ficará a cargo da Secretaria de Governo Digital da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia (SEDGG/ME) em parceria com a Secretaria Especial de Modernização do Estado da Secretaria-Geral da Presidência da República (SEME/PR). Com informações de: [ASCOM ME](#).

Economia & Tributário

- **Benefícios tributários podem ser revistos de acordo com declarações da equipe de transição e o TCU.** Declarações da equipe de transição de governo e do Tribunal de Contas das União (TCU), veem prestando declarações públicas que o futuro governo Lula promoverá revisões dos benefícios fiscais. Dentre os maiores benefícios concedidos, estão aqueles para as empresas optantes do **Simples Nacional**, custo de R\$ 88,5 bilhões em renúncia fiscal; para a Zona Franca de Manaus (ZFM), custando R\$ 55,3 bilhões; e à agricultura e agroindústria, somando R\$ 53,9 bilhões. Ademais, o atual governo enviou ao Congresso proposta que prevê R\$ 456,09 bilhões em benefícios tributários (4,29% do PIB).
 - » Em 2021, com a aprovação da PEC Emergencial, foi determinado que o Executivo encaminhasse ao Congresso um plano de redução gradual de incentivos e benefícios federais de natureza tributária, para alcançar o patamar de 2% do PIB, contudo, o plano enviado (mas ainda não tramitando) previu redução de apenas R\$ 22 bilhões, pois a própria PEC restringir o rol de cortes de benefícios, dentre as exceções desse corte está o **Simples Nacional**. Com informações de: [G1](#)
- **Brasil e Estados Unidos firmam acordo de boas práticas regulatórias.** Nesta semana, o governo aprovou a alteração do Regulamento da Análise de Impacto Regulatório e as medidas a serem adotadas para a promoção de boas práticas regulatórias para atender ao Protocolo ao Acordo de Comércio e Cooperação Econômica entre Brasil e Estados Unidos da América (EUA), relacionado a Regras Comerciais e de Transparência. O [protocolo](#) foi assinado em

2020 e promulgado em 2022, com o objetivo expandir o comércio e fortalecer as relações econômicas entre as partes, ao promover ambiente de negócios aberto e previsível e reduzir barreiras não tarifárias ao comércio. O documento traz inovações sobre facilitação de comércio e administração aduaneira, boas práticas regulatórias e anticorrupção. Entre os compromissos firmados, estão (i) a publicação de agenda regulatória por parte dos reguladores; (ii) a obrigatoriedade de participação social na edição de novas regulações e de sugestão de melhorias a regulações já existentes por parte do administrado; e (iii) a realização de análise de impacto regulatório para regulações de impacto relevante e o processo de revisão das regulações existentes.

Trabalhista

- **Fica instituído o Programa Pró-Equidade no âmbito do Ministério da Mulher.** Nesta semana o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) publicou uma [portaria](#) que institui o Programa Pró-Equidade. O foco do Pró-Equidade está na busca da igualdade de remuneração e de ocupação dos cargos de liderança, onde a disparidade salarial e de acesso a cargos por mulheres ainda acontece, o programa também é direcionado para a relação trabalhista e visa garantir o exercício dos direitos laborais com objetivo de combater possíveis discriminações que podem comprometer o rendimento dos colaboradores, assim como o clima organizacional da instituição.
 - » Além disso, a portaria também aprova o [Guia Operacional da 7ª Edição](#), para estabelecer os procedimentos de implementação, execução, acompanhamento e avaliação do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça com vistas à obtenção do Selo Pró-Equidade pelas organizações que participam do Programa.
- **Centrais sindicais vão pedir salário mínimo de R\$ 1.342 para Lula.** Em reunião na sexta-feira (25), as centrais sindicais da CUT, UGT, CSB, CTB e Força Sindical decidiram em conjunto que vão pedir ao presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) que o salário mínimo de 2023 seja de R\$ 1.342. Elas vão apresentar a ele a proposta em dezembro, em reunião presencial. O cálculo do valor do reajuste foi feito com base no INPC (estimativa da inflação em 2022) e o crescimento do PIB (4,6%) de 2021. O salário mínimo hoje é de R\$ 1.212. Para os demais anos, as centrais defendem a abertura de uma mesa de negociação para a definição de uma nova política. Na reunião, dirigentes defenderam apresentar a Lula a realização de um revogação na área trabalhista, assim como previsto para a área ambiental, com questões pontuais em relação à reforma trabalhista (como a volta da ultratividade e as homologações no sindicato), mas que também envolva as questões referentes a segurança e saúde do trabalho. Com informações de: [Folha de S. Paulo](#)

Administração Pública

- **Senado aprova a indicação de autoridades nesta semana.** Diversos nomes foram apreciados pelo Senado para assumirem cargos em órgãos e embaixadas, dentre as 25 aprovadas, está Miriam Wimmer para ser conduzida ao Conselho Diretor da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e Alexandre Reis Siqueira Freire para a diretoria da

Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), no lugar de Emmanoel Campelo de Souza Pereira, cujo mandato se finda em 2022.

- » Miriam Wimmer foi diretora da Autoridade entre 2020 e 2022, período em que atuou em diversas ações de impacto social em temas relacionados à transformação digital, tendo integrado também a comissão de juristas sobre inteligência artificial.
- » Alexandre Freire foi subchefe adjunto e coordenador de políticas sociais da Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República e assessor da Comissão de Orçamento do Congresso. Foi assessor de ministros do STF e hoje é membro dos Comitês Executivo da Rede Nacional de Cooperação Judiciária e Gestor de Conciliação, ambos do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Com informações de: [Agência Senado](#)

Regulação

- **Dosimetria de sanções da ANPD deve ser publicada até o fim de fevereiro de 2023.** Em evento do Seminário ABDTIC, em São Paulo, **Arhtur Pereira Sabbat**, um dos conselheiros da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), afirmou que as regras para dosimetria de sanções advindas de violações a dados pessoais devem ser apresentadas até o fim de fevereiro de 2023. Ademais, ele também disse que há 23 processos administrativos que podem resultar em sanções da ANPD, aguardando apenas a publicação da dosimetria. Além disso, Sabbat afirmou que a Autoridade está andando com o regulamento de comunicação de incidentes, além de previsão para 2024 de concurso público para ampliar o quadro efetivo da autarquia.
 - » Em evento jurídico [online](#) proporcionado pela Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Novo Hamburgo (ACI-NH), Sabbat havia dito que a dosimetria seria publicada ainda este ano, porém, com a nova informação, os trabalhos deverão se estender até 2023. Complementarmente, ele elucidou o trabalho de atuação da ANPD, destacando o caráter orientativo e fiscalizador de qualquer entidade que armazene em qualquer medida dados pessoais. Com informações de: [Telesíntese](#)

Tramitações

- **Matéria sobre adesão excepcional ao Simples Nacional é aprovada na CDEICS.** A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEICS) aprovou nesta semana o [texto](#) do Projeto de Lei Complementar que altera a [lei](#) do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, para prever a adesão excepcional de empresas ao sistema de tributação simplificada para micro e pequenas empresas (Simples nacional) durante o mês de julho, produzindo efeitos no mês posterior a adesão. A matéria tramitará pelas Comissões de Finanças e Tributação (CFT) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).
 - » Segundo o relator, “o objetivo é facilitar o acesso ao regime às empresas que reúnam as condições legais para fazê-la. Os impactos fiscais são desprezíveis diante dos benefícios individuais que cada empresa terá ao passar a integrar o regime especial do Simples Nacional”. Com informações de: [Contabeis](#)
- **CDEICS rejeita proposta de ampliação de linhas de crédito a micro e pequenas empresas.** Nesta semana, a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio

e Serviços (CDEICS) da Câmara dos Deputados, aprovou o [parecer](#) do relator deputado **Otto Alencar Filho** (PSD-BA) que rejeita o [PL 2.064/2021](#), sobre a criação de linhas de crédito para microempresas e empresas de pequeno porte pelas instituições financeiras públicas federais. Em sua justificativa, o deputado alega que o projeto incorre em vício de iniciativa, ou seja, tenta regular um assunto de exclusiva competência do Poder Executivo, além disso, argumentou que a proposta deveria trazer estimativas do seu impacto orçamentário financeiro, como prevê a Lei de Responsabilidade Fiscal. Em suma, o relatório diz que o projeto, bem como seus apensados, vai na contramão da redução de taxas de juros e endividamento público sob os limites da responsabilidade fiscal.

- **Comissão aprova selos para empresas que contratem pessoas com deficiência.** A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) da Câmara dos Deputados, aprovou nesta semana o [PL 704/2021](#) que cria um selo de qualidade para empresas que comprem cotas de pessoas com deficiência em seu quadro de empregados. O texto prevê que empresas a partir de 100 empregados possam requerer selo ao Poder Executivo, condicionadas à presença de 2% a 5% das vagas ocupadas por pessoas com deficiência. Este selo poderá ser utilizado amplamente em comunicações institucional, correspondências, peças publicitárias, *outdoors* e outros.
 - » Segundo o Relator, deputado **André Figueiredo** (REP-PR), é preciso valorizar as empresas que cumprem a lei de cotas e que “é possível fazer mais do que a lei exige. Apoiar essas iniciativas é demonstrar que há um caminho superior de responsabilidade social que extrapola a mera obrigação de cumprir determinada expectativa legal”. Com informações de: [Agência Câmara de Notícias](#)
- **Projeto sobre IAs na Administração Pública avança na Câmara.** A Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) da Câmara dos Deputados aprovou o [PL 705/2022](#), de autoria do deputado **Helio Lopes** (PL-RJ), que dispõe sobre a compatibilização dos sistemas de Inteligência Artificial (IA) utilizados pela Administração Pública a práticas da agenda ambiental, social e de governança (ESG). Dentre seus objetivos está o desenvolvimento econômico sustentável e ambiental, respeito às diversidades e não discriminação, respeito à dignidade e direitos fundamentais, transparência, ética e colaboracionismo. O relator, deputado **Gustavo Fuet** (PDT-PR) afirmou que devemos ter o compromisso de “estimular a implantação da inteligência artificial no País, mas tendo clareza com relação a limites, ao seu uso ético e responsável”.
 - » Em 2021 o Brasil aprovou um projeto de lei que estabeleceu fundamentos e princípios de desenvolvimento das IAs sob diretrizes no âmbito do poder público. Atualmente sob análise do Senado Federal, foi criada uma comissão temporária de juristas dedicada a analisar e subsidiar as discussões acerca deste tema. Os trabalhos desta comissão se encerrarão em 7 de dezembro, devendo aprovar o relatório final até lá. Com informações de: [Agência Câmara de Notícias](#)
- **CMADS adia deliberações do projeto de lei que enquadra fabricantes de TIC em requisitos ambientais e energéticos.** O [PL 465/2022](#), que tramita na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) da Câmara dos Deputados, foi retirado de pauta pelo relator da matéria. O texto estabelece que as empresas fabricantes, importadoras ou distribuidoras de bens de informática e automação terão o prazo de um ano, contados da publicação desta lei, para adequar-se aos requisitos ambientais e de eficiência energética,

estabelecidos pelo Poder Executivo em regulamento, mediante plano de gerenciamento de resíduos sólidos e de logística reversa. O projeto segue aguardando deliberação na CMADS.

- **CDEICS adia matéria sobre exclusividade da União na prestação de serviços públicos de TI.** A discussão sobre o [substitutivo](#) do relator deputado **Otto Alencar Filho** (PSD-BA) ao [PL 2270/2021](#), que dispõe sobre o regime de privilégio exclusivo da União na prestação de serviços públicos estratégicos de TI, foi adiada na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEICS) em virtude de requerimento do deputado **Alexis Fonteyne** (Novo-SP). O texto do substitutivo visa assegurar que a Administração Pública possa contratar equipamentos e serviços de desenvolvimento de soluções tecnológicas da iniciativa privada, nos casos de o poder público não possuir infraestrutura, qualificação ou domínio apropriado sobre dada tecnologia. A matéria aguarda ser incluída novamente na pauta da comissão.
- **Projeto de inovação e tecnologia para micro e pequenas empresas avança na CDEICS.** Nesta semana, a Comissão Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEICS) da Câmara dos Deputados, aprovou o substitutivo proposto pelo deputado **Sidney Leite** (PSD-AM) sobre o [PL 177/2019](#), que dispõe sobre o apoio tecnológico a micro e pequenas empresas (MPE). Dentre as alterações propostas pelo substitutivo está (i) os programas de financiamento para inovação e apoio tecnológico a MPEs também serem considerados como programas de desenvolvimento econômico e (ii) parte dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) repassados ao BNDES serão destinados a operações de incentivo às MPEs.
 - » Grande parte do texto original foi mantido, preservando as políticas públicas de incentivo voltadas ao apoio tecnológico, centro vocacional, infraestrutura e rede de apoio. Além disso, será destinado 3% da arrecadação do FAT para o programa e estruturação de programas de empreendedorismo conduzidos como pauta prioritária pelo Institutos Federais de Ensino Tecnológico (IFET).
- **Novos procedimentos para responsabilização de sócios de empresas é aprovado.** O [PL 3.401/2008](#), que disciplina o procedimento de declaração judicial de desconsideração da personalidade jurídica e dá outras providências, foi aprovado no Congresso Nacional na etapa final de apreciação das alterações feitas pelo Senado Federal. O substitutivo encaminhado pelo Senado foi rejeitado, ficando mantido o texto que partiu da Câmara. O projeto estabelece o rito de procedimentos para a aplicação da medida e garante o prévio direito ao contraditório em caso de responsabilidade pessoal do sócio por dívida da empresa. A matéria agora aguarda sanção presidencial.
 - » Além da obrigatoriedade de ouvir os réus, o texto determina que estejam indicados por quem propuser a desconsideração da personalidade jurídica ou pelo Ministério Público os atos que motivem a responsabilização do sócio ou responsável pela empresa. Com informações de: [Valor Econômico](#)
- **CCJC aprova a admissão do projeto que reduz alíquotas de contribuições sociais para municípios.** Nesta semana, o [PEC 14/2022](#), que altera a Constituição Federal para prever a redução pela metade a alíquota das contribuições sociais quando se tratar de municípios. O texto prevê que as contribuições sociais que devem ser pagas pelo empregador, a empresa ou a entidade a ela equiparada na forma da lei – que incidem sobre a folha de salários, a

receita ou faturamento e o lucro – deverão ser cortadas pela metade quando se tratar de municípios. Com esta aprovação, será criada uma Comissão Especial para apreciação da matéria.

- » Ainda que a PEC tenha sido admitida, houve posicionamentos contrários, como do deputado **Rubens Pereira Júnior** (PT-MA), que concorda que a matéria é importante, mas inoportuna, devido à equipe de transição provavelmente estar tratando sobre este assunto. Já o autor, afirmou que busca apenas fazer justiça frente aos 22,5% impagáveis da alíquota. Complementarmente, o relator defendeu o projeto alegando que ele busca ajudar as cidades brasileiras a investir em outras áreas. Com informações de: [Agência Câmara de Notícias](#)

- **CFT aprova Acordo de facilitação do comércio do Mercosul.** Nesta semana, o [PDL 164/2022](#) o sobre o Acordo de Facilitação do Comércio do Mercosul foi aprovado na Câmara em regime de urgência, recebendo parecer das comissões CFT, CDEICS, CREDN e CCJC simultaneamente. A matéria visa remover entraves desnecessários ao comércio intrazona, tais como (i) a cobrança de taxas estatísticas ou consulares 'ad valorem' aos produtos brasileiros quando ingressam nos demais estados partes, (ii) atrasos para a liberação de mercadorias nos postos aduaneiros e (iii) atrasos para a resposta das autoridades alfandegárias a consultas de operadores privados. A proposta aguarda inclusão na Ordem do Dia do plenário da Câmara e, se aprovada, seguirá para análise do Senado Federal.
- **Acordo de facilitação de investimentos entre Brasil e Equador é aprovado na CREDN.** A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) aprovou o texto do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos Brasil – Equador (ACFI), assinado em 2019. Com este acordo, é esperado um ambiente estável e juridicamente previsível para a abertura de mercado ao investimento estrangeiro. Esse acordo se organiza em três eixos: a criação de mecanismos para mitigação de riscos e prevenção de controvérsias, melhoria da governança institucional, e a elaboração de agendas temáticas para cooperação e facilitação dos investimentos. Com informações de: [Assessoria de Imprensa - CREDN](#)
- **CSSF aprova projeto para deduzir do IR doações feitas a entidades públicas ou sem fins lucrativos.** Nesta semana, a Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) da Câmara dos Deputados, aprovou o [substitutivo](#) ao projeto de lei que permite a dedução no Imposto de Renda (IR) de doações feitas por pessoas físicas e jurídicas a entidades públicas ou sem fins lucrativos que atuem na área da saúde. De acordo com o substitutivo aprovado, as doações serão limitadas a 6% do imposto devido para as pessoas físicas e 2% para as jurídicas, baseadas no lucro real. As doações poderão ser direcionadas a entidades beneficentes de assistência social, organizações sociais, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) e unidades de saúde da União, dos estados, do Distrito Federal ou dos municípios. O PL seguirá para as Comissões de Finanças e Tributação (CFT, também pelo mérito) e Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

Audiências Públicas

- **Comissão de Tecnologia do Senado debate Política Nacional de Educação Digital.** Nesta semana ocorreu uma audiência pública na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT), do Senado Federal, para receber contribuições de convidados para subsidiar o desenvolvimento

do relatório do [PL 4.513/2020](#), que institui a Política Nacional de Educação Digital. O tema foi alvo de exposições de diversos convidados que, em suma, salientaram a importância da atualização da forma de ensino para que se adapte às dinâmicas aceleradas da internet. Dentre os expositores, **Renata Altman**, do CIEB, expos uma pesquisa que mostra que a média nacional das 123 mil escolas públicas entrevistadas se encontra nos níveis Emergente e Básico (dos 4 níveis estabelecidos) de desenvolvimento tecnológico. Já **Sergio Paulo**, da Brasscom, afirmou que a demanda por profissionais de TI, em 2025, somará 797 mil, além disso, o Brasil hoje forma 3 vezes menos indivíduos capacitados que a demanda do mercado.

- » Entre outras falas, houve preocupações em relação à inclusão digital, infraestrutura básica para comportar as atividades, inclusão de grupos minoritários, transparência e privacidade de dados e capacitação de estudantes.

Nomeações

- **MEC inclui nomes no GT de concepção do Sinaept.** O Ministério da Educação publicou esta semana uma portaria que altera a composição o Grupo de Trabalho para concepção de Sistema de Avaliação da Educação Profissional e Tecnológica (Sinaept). A publicação inclui, sem definir nomes, um representante titular e um suplente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e também do Conselho Nacional de Educação (CNE).

Agendas de Destaque

- O Diretor da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), **Joacil Basilio**, nesta quinta-feira (24), reuniu-se com o diretor-executivo **Edgard Mitre**, o arquiteto de sistemas **Alexandre Murada** e o analista de suprimentos plenos **Lucas Araújo Rocha** para tratar sobre adesão, implantação e uso da Gestão X-LGPD pela EMX Tecnologia LTDA.
- O ministro da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), **Paulo Alvim**, participou, na segunda-feira (21), da abertura da II Conferência Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação de Roraima, promovida pelo governo do estado. Na ocasião, o ministro comentou sobre o Programa Centelha, do Governo Federal, que busca estimular o empreendedorismo inovador, e que agora será aplicado em Roraima. Na quarta-feira (23), Paulo Alvim deu palestra na 2ª Edição do Softex Experience, evento que tem como intuito apresentar oportunidades de negócios para empresas, startups, aceleradoras e instituições de ciência e de tecnologia no Brasil. Ele anunciou a realização da segunda edição do Programa Conecta Startup, lançado em 2019, que visa fortalecer o ecossistema de inovação no país.
- O Ministro das Relações Exteriores, **Carlos França**, encontrou-se com o Vice-Presidente para o setor privado no Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF), **Jorge Arbache**, para tratar sobre integração regional, investimentos em infraestrutura no Brasil e na América Latina e sua relação com a agenda do desenvolvimento sustentável.

- O Ministro da Economia, **Paulo Guedes**, reuniu-se nesta quinta-feira (24), com a equipe de Transição na área de Economia do Presidente Eleito, formado pelos economistas **Nelson Barbosa** e **Guilherme Melo**. A reunião teve como objetivo de apresentação, conforme explicado por Barbosa. Também participou da 6ª Reunião Extraordinária do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE).